

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Decisão judicial ameaça planos de privatização da Eletrobras este ano 3

Folha de S. Paulo

Título: Liminar ameaça prazo de privatização da Eletrobras 7

Título: Decreto pode destravar concessão de usinas de energia 9

O Estado de S. Paulo

Título: Liminar põe em risco cronograma de privatização da Eletrobrás 14

Valor Econômico

Título: Liminar suspende artigo da MP e complica venda da Eletrobras 16

Título: União vai ajudar retomada de venda da Cesp 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo 3

Título: Decisão judicial ameaça planos de privatização da Eletrobras este ano 3

Título: Vazamento de óleo contamina a Baía há mais de dois meses 5

Título: Nota 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 7

Título: Liminar ameaça prazo de privatização da Eletrobras 7

Título: Decreto pode destravar concessão de usinas de energia 9

Título: Furnas abre licitação para investir em usina eólica atrasada 11

Título: Compra de aço chinês e russo provoca racha no governo brasileiro 12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 14

Título: Liminar põe em risco cronograma de privatização da Eletrobrás 14

Título: O inchaço das estatais começa a ser enfrentado	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: A (inexplicável) novela da privatização da Eletrobras	16
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Liminar suspende artigo da MP e complica venda da Eletrobras.....	16
Título: União vai ajudar retomada de venda da Cesp	18
Título: A reabilitação das usinas hidrelétricas.....	20
Título: Destaques	23
Título: As dificuldades da Tesla e da expansão dos carros elétricos.....	24
Título: Siderurgia tem maior valor de mercado em cinco anos	26
Título: BNB prevê R\$ 13 bi em crédito para setor de energia	28

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Decisão judicial ameaça planos de privatização da Eletrobras este ano**

Governo pretende arrecadar R\$ 12,2 bi com leilão e vai recorrer.

Os planos do governo federal de concluir, ainda em 2018, a privatização da Eletrobras sofreram um revés, ontem, que pode colocar em risco o cronograma previsto para o processo e ameaçar uma arrecadação de R\$ 12,2 bilhões. O juiz Cláudio Kitner, da 6ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco, decidiu suspender os efeitos de um artigo da medida provisória (MP) 814 que autoriza a venda da estatal e de suas subsidiárias. O governo informou que vai recorrer.

A medida provisória foi publicada pelo presidente Michel Temer no fim de dezembro. Ela retira de uma lei que trata do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e as suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

O governo anunciou, em agosto de 2017, um plano para privatizar a Eletrobras até o fim deste ano. O modelo proposto pelo governo, que prevê a diluição da participação da União por meio de um aumento de capital, precisa passar pelo Congresso. Antes de enviar esse projeto, porém, o governo editou a MP 814 para permitir que a estatal contrate os estudos necessários para a privatização, com o objetivo de agilizar o processo e concluir a operação ainda em 2018.

A medida provisória, além de retirar da lei a proibição para privatizar a holding Eletrobras, trouxe mudanças legais para viabilizar a venda das seis distribuidoras de energia da empresa que operam no Norte e no Nordeste do país. O juiz de Pernambuco não suspendeu os demais artigos da MP, que tratam das distribuidoras.

EDIÇÃO "NO APAGAR DAS LUZES"

Na decisão, o juiz federal Cláudio Kitner questiona a utilização de MP como instrumento para incluir a Eletrobras e suas controladas no Programa Nacional de Desestatização (PND). "É indubitável que a medida adotada pelo governo federal atinge, de forma direta, o patrimônio público nacional, permitindo a alienação de todas as empresas públicas do setor elétrico para a iniciativa privada", escreveu.

A decisão foi tomada em uma ação popular apresentada por Antonio Ricardi Accioly Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em acidente aéreo em 2014.

O juiz afirma que a MP foi editada "no apagar das luzes" do ano de 2017: "Fica patente, pois, que o artifício utilizado pelo chefe do Poder Executivo para concretizar sua política pública, se não lesa diretamente o patrimônio, porque estudos mais aprofundados não estão por ora a demonstrar, esbarra de forma violenta no princípio da moralidade, tutelado pela ação popular"

O governo avalia que tem elementos para caracterizar a urgência na discussão, uma vez que, se o processo não for concluído neste ano, haveria graves consequências fiscais para o governo e dificuldades para a própria Eletrobras. A privatização é fundamental para o governo fechar as contas em 2018.

O desenho feito pelo governo prevê que, após a capitalização, a Eletrobras pagará ao Tesouro um bônus de outorga em troca de uma melhoria nas condições dos contratos de suas hidrelétricas, que hoje praticam preços abaixo do mercado. O governo diz que a proposta visa a recuperar a competitividade da Eletrobras, que acumulou prejuízos entre 2012 e 2015, após mudanças legislativas promovidas pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas de energia.

O **Ministério de Minas e Energia (MME)** informou que vai recorrer da liminar. Ressaltou, em nota, não ter sido ouvido previamente pela Justiça. "O MME esclarece que não foi ouvido previamente na decisão e que está apresentando a manifestação legal confiando na sua consistência e reversão da decisão citada" diz o comunicado.

"SUBSTANCIAL GANHO", DIZ MME

Na nota, a pasta afirma que a intenção de revogar o dispositivo legal que retirou a Eletrobras do Programa Nacional de Desestatização é permitir, "com plena segurança", a contratação e o início de estudos sobre a situação econômica e financeira da empresa. Segundo o texto, isso vai permitir "substancial ganho" no cronograma da privatização, "com vista a concluí-la no ano de 2018"!

"O MME reitera que o detalhamento que será encaminhado ao Congresso Nacional reconhece que a União, como controladora majoritária, não tem a condição de prover os recursos que a empresa necessita para preservá-la como uma corporação brasileira, conciliando competitividade, valorização da empresa e desoneração dos contribuintes, evitando o desperdício de recursos públicos escassos no pagamento de ineficiências, e beneficiando os consumidores pela promoção e inovação no setor elétrico", finaliza a nota.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordóñez****Título: Vazamento de óleo contamina a Baía há mais de dois meses**

Empresas fazem jogo de empurra, e lama de petróleo continua no solo marinho.

Em outubro do ano passado, uma embarcação contendo 150 mil litros de fluido de perfuração de poços de petróleo (lama de perfuração) afundou na Baía de Guanabara, em Ponta D'A-reia, Niterói. Mais de dois meses depois, o óleo derramado continua contaminando o solo marinho em meio a divergências entre o órgão ambiental e as empresas envolvidas sobre quem é o responsável pelo acidente.

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) aplicou uma multa diária de R\$ 8 mil à Bram Offshore, empresa apontada pelo órgão como responsável pela operação que culminou com o derramamento do combustível. A penalidade foi imposta porque a empresa não descontaminou a área no prazo determinado, que era até último dia 2.

Em meio a um jogo de empurra entre as empresas envolvidas no acidente, o óleo continua no solo marinho, contido por barreiras na área do Estaleiro Mac Laren. Cada vez que há chuvas fortes ou mudanças na maré, no entanto, parte do produto químico emerge à superfície. Caso as barreiras se rompam, o óleo poderá se espalhar na Baía.

TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS

O acidente ocorreu no dia 26 de outubro, quando a empresa Bram Offshore Transportes Marítimos, que pertence ao grupo americano Edson Chouest Offshore, foi realizar uma operação de transferência de fluido de perfuração, destinado a atender um contrato de prestação de serviço com a Petrobras. A transferência foi numa área do Estaleiro Mac Laren, em Niterói. A operação consistia em transferir o produto da embarcação Bruce Kay, de propriedade da Bram, para a balsa Marbella. Problemas na operação acabaram fazendo com que a balsa adernasse. A Marbella foi alugada pela C Tank, empresa prestadora de serviços, a pedido da Bram, que realizou toda a operação.

Diretor da Edson Chouest, Ricardo Chagas alega que a Bram Offshore não é responsável pelo acidente e que a empresa desconhece a multa diária do Inea: — O incidente em questão não envolveu embarcação de propriedade, tampouco operado pela nossa empresa, mas uma embarcação que estava sendo operada pela empresa C Tank, motivo pelo qual as informações acerca do

incidente devem ser solicitadas à referida empresa. Em relação ao Inea, desconhecemos a existência de multa diária.

Segundo o executivo, a Bram Offshore "está colaborando irrestritamente com as investigações e aguardando as conclusões dos inquéritos" sobre as causas do acidente.

A C Tank afirmou, por sua vez, que apenas alugou a balsa Marbella, e que toda operação foi realizada pela Bram Offshore: "A Bram Offshore é que estava operando com a balsa, ou seja, ela é que estava transferindo os resíduos de perfuração da Petrobras".

De acordo com técnicos próximos à operação, no momento do acidente, o Estaleiro Mac Laren teria acionado seu plano de emergência e, com equipamentos, conteve o combustível, conhecido no setor como "lama de petróleo", na área do estaleiro, evitando que fosse para a Baía.

A balsa Marbella, que afundou, só foi retirada do fundo do mar no dia 11 de dezembro, depois de uma tentativa frustrada no dia 4 de novembro. O Inea notificou a Bram Offshore e deu prazo de 13 de dezembro a 2 de janeiro para a descontaminação da área, o que não ocorreu até agora.

930 MIL LITROS CONTAMINADOS

O óleo que estava na superfície foi retirado, mas parte do produto que vazou está no fundo do mar, contaminando o solo. De acordo com informações do Estaleiro Mac Laren, até o momento já foram retirados cerca de 930 mil litros de água contaminada com o óleo derramado.

O Inea informou que emitiu três autos de constatação à Bram Offshore. Um se refere à multa diária, que será mantida até que descontaminem a área. Outro por deixar de prestar informações, com uma multa no valor de até R\$ 100 mil. E um terceiro, que pode levar a multas de mais de R\$ 10 milhões.

Além da Bram, o Inea emitiu autos de constatação para o próprio Estaleiro Mac Laren, por um eventual atraso na comunicação do acidente, e para a Manobras Serviços Marítimos, empresa contratada para retirar a embarcação do fundo do mar.

A Petrobras informou que, apesar de a Bram prestar serviços para a companhia, a operação do dia 26 de outubro não se destinava à estatal: "A embarcação estava inoperante e não estava realizando serviços para a Petrobras na data da ocorrência".

O Estaleiro Mac Laren, que presta serviços diversos na atividade de infraestrutura portuária, está sem poder realizar quaisquer atividades desde então, enquanto a área não for descontaminada. O estaleiro afirma que comunicou o acidente no mesmo dia ao Inea e que espera que a Bram Offshore "tome todas as medidas o quanto antes, evitando maiores danos". ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

A vitória dos bandidos

Numa usina nuclear, nada é mais sagrado do que a segurança. Mas este comunicado é a prova de mais uma rendição diante da bandidagem. Assinado pela Eletronuclear e pelos bancos BB, Caixa, Santander e Sicoob, informa que, por causa dos assaltos, estão suspensas a partir de hoje as atividades bancárias que envolvam dinheiro em espécie, incluindo o desligamento dos caixas eletrônicos tanto na central nuclear quanto nas vilas residenciais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Liminar ameaça prazo de privatização da Eletrobras

Os planos do governo federal de concluir ainda em 2018 um processo de privatização da Eletrobras sofreram um revés nesta quinta-feira (11) que pode colocar em risco o cronograma previsto, após uma liminar suspender trecho da medida provisória 814/2017 que retirava vetos à privatização da companhia e suas subsidiárias.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa, disse que o governo irá recorrer da decisão judicial e defendeu que a MP é importante para agilizar a contratação de estudos necessários à desestatização.

A medida provisória, publicada no dia 29 de dezembro, trouxe medidas importantes para o avanço do processo, mas não é suficiente para garantir a privatização das distribuidoras ou da controladora.

A modelagem da desestatização ainda será tratada no Congresso Nacional, por meio de um projeto de lei.

O governo do presidente Michel Temer já programou no Orçamento de 2018 uma arrecadação de R\$ 12 bilhões relacionada à privatização da elétrica.

"Tem uma previsão no Orçamento (da União) de R\$ 12 bilhões que são fundamentais para o equilíbrio fiscal. A MP é apenas um processo para tentar dar celeridade ao cronograma", afirmou Pedrosa.

A liminar da 6ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco derrubou um trecho da MP 814/2017 que cancelava um veto à inclusão da Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Para especialistas, esse trecho era importante para dar segurança jurídica ao processo.

O juiz Claudio Kitner, que assinou a decisão, questionou a motivação do governo para encaminhar o assunto através de medida provisória, mecanismo destinado a temas considerados urgentes.

Mas o governo avalia que tem elementos para caracterizar a urgência na discussão, uma vez que se o processo não for concluído neste ano haveria graves consequências fiscais para o governo, bem como dificuldades para a própria Eletrobras.

"Temos muito respeito ao Judiciário, mas estamos consolidando nossos argumentos e estamos muito confiantes de que eles serão considerados", disse Pedrosa.

"As razões da urgência serão apresentadas, e elas são evidentes, até pela necessidade de recuperação da Eletrobras, em um cenário em que a União como acionista não dá a ela a condição de competitividade que ela precisa e nem de aporte de capital", afirmou.

A liminar contra a MP resultou de ação popular movida pelo advogado Antônio Campos, filiado ao partido Podemos.

No processo, ele alegou que o governo tem conduzido os planos de privatizar a elétrica com "falta de transparência e diálogo com os setores interessados", segundo informações na página pessoal de Antônio Campos no Facebook.

O modelo previsto pelo governo para a privatização da Eletrobras envolve uma oferta de novas ações pela companhia que diluiria a União a uma fatia minoritária na empresa.

A Eletrobras, então, pagaria ao Tesouro um bônus de outorga em troca de uma melhoria nas condições dos contratos de suas hidrelétricas, que hoje praticam preços abaixo do mercado.

O governo diz que a proposta visa recuperar a competitividade da Eletrobras, que acumulou bilhões de reais em prejuízos entre 2012 e 2015, após mudanças legislativas promovidas pelo governo da presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas de energia.

As ações preferenciais da Eletrobras, que chegaram a subir mais de 1% nesta quinta-feira, reduziram ganhos após as notícias sobre a liminar judicial. Às 15:50, avançavam 0,66%.

PROCESSO DIFÍCIL

Em relatório na quarta-feira (10), a consultoria Medley Global Advisors (MGA) afirmou que a privatização da Eletrobras "não será fácil".

A consultoria avaliou que "é muito difícil ver qualquer movimento sobre a venda da Eletrobras antes de 28 de outubro, quando acontece o segundo turno das eleições", o que inviabilizaria a privatização neste ano e poderia causar dificuldades fiscais à União, que já conta com a arrecadação a ser gerada pela elétrica.

"Se a privatização da Eletrobras não acontecer neste ano, o governo vai precisar vir com um Plano B", afirma o relatório da MGA.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Decreto pode destravar concessão de usinas de energia

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho** (PSB-PE) assinou um decreto que poderá destravar a privatização de usinas de energia.

Entre os beneficiados pelo texto, estão empreendimentos da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) e da Eletrobras –é o caso da usina de Tucuruí, a maior geradora de energia brasileira, que pode elevar de forma significativa o caixa da estatal.

Na prática, porém, o decreto pode facilitar a venda de qualquer usina do país – federal, estadual ou municipal– que não opera no sistema de cotas (modelo de

tarifas mais baixas imposto durante o governo da presidente Dilma Rousseff). Ou seja, poderá facilitar a desestatização de companhias de energia em todo o país.

A principal medida do decreto é permitir que, caso se decida pela privatização da usina, a concessão poderá ser renovada por até 30 anos –o que adiciona valor ao ativo e contribui para a atração dos investidores.

Em troca, será preciso pagar uma outorga ao governo federal, que será calculado com base no valor do benefício obtido com a prorrogação. Uma usina que teria uma prorrogação antecipada de 20 anos, por exemplo, faria um pagamento proporcional a esse período adicional.

VENDAS DESTRAVADAS

O decreto não deverá afetar a maior parte das usinas da Eletrobras, já que a maioria opera no regime de cotas –não atingidas pelo decreto.

Há, porém, 13 usinas da estatal que já estão "descotizadas" e que poderiam se beneficiar de uma prorrogação de contratos. A usina de Tucuruí, a mais relevante delas, tem concessão até 2024.

A expectativa é que, mesmo que a privatização da Eletrobras seja frustrada, uma eventual venda da concessão dessas usinas possa trazer alívio ao Tesouro em 2018.

A privatização da Cesp também poderá ser destravada caso o decreto seja aprovado. O processo está paralisado desde setembro de 2017.

Um dos principais nós da desestatização da companhia é justamente a prorrogação antecipada dos contratos de suas usinas.

A hidrelétrica Porto Primavera, principal ativo da estatal, venceria em 2028. As outras duas operadas pela empresa têm prazos ainda menores –entre 2020 e 2021.

No primeiro semestre de 2017, a União chegou a apresentar condições para estender a concessão das usinas.

No entanto, a proposta desagradou ao governo paulista, para quem o desembolso da outorga não compensaria o prolongamento dos contratos –além do pagamento da outorga, cujo formato foi mantido no decreto, um eventual ágio obtido no leilão também seria transferido à União.

À época, o Estado de São Paulo marcou o certame para setembro passado, mas acabou por suspendê-lo, por falta de interessados.

Desde então, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), deu declarações de que a privatização ainda aguardava definições do governo federal, mas que o processo se concretizaria no início deste ano.

O texto aguarda análise do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para então seguir para a avaliação da Casa Civil, segundo o ministério de Minas e Energia.

O Ministério da Fazenda não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição. Procuradas, as secretarias da Fazenda e de Energia e Mineração do governo de São Paulo também não quiseram se pronunciar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Furnas abre licitação para investir em usina eólica atrasada

A companhia de energia Furnas, que pertence à Eletrobras, vai investir cerca de R\$ 650 milhões em um parque eólico em Fortim (CE).

O aviso da licitação para os aerogeradores foi tornado público nesta quinta-feira (11). Esse, no entanto, não é o único equipamento no total do aporte, pois também há subestações e itens de conexão de energia.

Não é a primeira vez que a empresa abre procedimento para comprar turbinas.

Esse parque faz parte de um conjunto de quatro usinas geradoras para as quais já haviam sido fechados contratos com uma fornecedora chamada Impsa, que não entregou os equipamentos e entrou em recuperação judicial.

Inicialmente, previu-se que as usinas eólicas seriam inauguradas em 2015. Além do problema com o fornecedor, foi preciso negociar também a ligação de Fortim com o sistema, diz Álvaro Miranda, assistente da diretoria de Furnas.

"O atraso aconteceu por razões alheias à nossa vontade: foi preciso rever como seria a conexão do parque."

Agora, resolvidas essas questões, há uma nova estimativa para o início da operação de Fortim: "Prevemos que essa unidade deverá começar a gerar no fim de 2019, inclusive porque é a data acertada com a Aneel."

Toda a energia (serão 140 MW de potência instalada) foi vendida em leilão.

Depois de acertar a compra dos aerogeradores de Fortim, Furnas começará a planejar a aquisição de equipamentos dos outros três parques. "Faremos isso conforme a nossa capacidade financeira."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Compra de aço chinês e russo provoca racha no governo brasileiro

Um pedido de proteção contra importados feito pela indústria do aço provocou um racha no setor produtivo e também no governo.

De um lado, as siderúrgicas defendem que sejam levantadas barreiras contra o aço produzido na China e na Rússia, alegando competição desleal. Do outro, 23 setores denunciam que terão prejuízos com a medida.

O principal temor é o aumento dos preços da matéria-prima no Brasil, o que teria efeito cascata sobre veículos, máquinas e eletrodomésticos vendidos no país.

A decisão da Camex (conselho que reúne oito ministros) será na próxima quinta-feira (18), e industriais de diferentes setores prometem uma peregrinação a Brasília.

CSN, ArcelorMittal e Gerdau Aço Minas pediram medidas antidumping contra siderúrgicas dos dois países em 2016. O processo de investigação, feito pelo Decom (Departamento de Defesa Comercial) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, concluiu que houve dano à indústria de aço e propõe elevar as tarifas de importação.

De 2013 a 2015, segundo o Decom, as importações de China e Rússia passaram a responder por mais de 70% das compras de aço no exterior, e os preços praticados caíram 13%.

O parecer, contudo, não foi bem recebido nos ministérios da Fazenda e da Agricultura, que compõem a Camex. O primeiro teme efeitos danosos sobre a inflação.

No início deste ano, o setor siderúrgico elevou os preços desse tipo de aço (laminado a quente) de 18% a 23%. Protegidos da concorrência externa, os fabricantes poderiam praticar reajustes mais substantivos.

Os eletrodomésticos, pelas contas da Fazenda, poderão ficar 3% mais caros caso a barreira seja levantada.

Em toda a cesta do principal índice de inflação, o IPCA, o impacto estimado de alta é de 0,095 ponto percentual.

O Ministério da Agricultura, por sua vez, já demonstrou preocupação de a barreira ao aço provocar retaliação da China, principal mercado do agronegócio brasileiro no exterior.

Presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), Ricardo Santin afirma que exportadores de frango foram informados, reservadamente, de que o atual processo de antidumping que a China move contra o produto brasileiro foi motivado pelo desacordo no aço.

"Respeitamos a indústria siderúrgica, mas os efeitos financeiros sobre o nosso setor são mais relevantes para o país", afirmou Santin.

Segundo ele, enquanto as siderúrgicas alegam "prejuízo de milhões", a exportação de frangos e suínos para a China pode alcançar US\$ 3 bilhões nos próximos anos.

José Velloso, presidente da Abimaq (fabricantes de máquinas e equipamentos), afirma que a investigação do Decom não levou em consideração o aumento da oferta com a entrada da operação de laminados da Gerdau Açominas, em 2013, além dos efeitos da recessão nos anos seguintes.

"Estão dizendo que o preço caiu por causa do chinês, mas lógico que, com mais concorrência e menos demanda, o preço cai", disse.

As importações de aço, ressalta ele, são uma parcela pequena do consumo doméstico. "As siderúrgicas não querem se defender de uma 'inundação' de importados, querem ter margem para aumentar preços."

SIDERÚRGICAS

A indústria siderúrgica, por sua vez, reclama que os setores que se opõem à barreira estão defendendo "interesses privados".

"Estão alegando interesse público, mas não é isso", afirmou o presidente do Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. "Estão defendendo o interesse privado de algumas empresas que querem continuar comprando aço na bacia das almas, em condições que desrespeitam as regras do comércio."

O argumento é que, de 2013 a 2015, o mercado de aço no mundo ficou sobreofertado, levando os chineses a baixar muito os preços para aumentar acesso aos mercados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo / Anne Warth

Título: Liminar põe em risco cronograma de privatização da Eletrobrás

Juiz suspende MP que permitia venda da elétrica; disposto a concluir o processo neste ano, governo vai recorrer.

O projeto do governo federal de concluir neste ano o processo de privatização da Eletrobrás sofreu ontem um revés, que pode comprometer o cronograma, após uma liminar suspender a Medida Provisória 814/2017 que permitia a venda da companhia e de suas subsidiárias à iniciativa privada. O governo afirmou que vai recorrer. Publicada em dezembro do ano passado, a MP teve seus efeitos suspensos ontem pelo juiz Claudio Kitner, da 6.ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco. A Advocacia-Geral da União (AGU) vai entrar com recurso no Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF-5). A decisão do magistrado partiu de uma ação popular elaborada pelo advogado e irmão do ex-governador Eduardo Campos, morto em 2014. Antônio Ricardo Accioly Campos alega que o governo não tinha motivos para aprovar a privatização por meio de MP.

Para ele, a medida é inconstitucional e a privatização da companhia e de suas controladas se trata de um desvio de finalidade. Em nota, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** informou que o juiz não consultou o órgão antes de tomar a decisão. O MME explicou que a privatização será discutida em um projeto de lei ainda a ser enviado e discutido no Congresso. O governo do presidente Michel Temer já programou no Orçamento de 2018 uma arrecadação de R\$ 12 bilhões relacionada à privatização da elétrica. Motivação. A ação popular de Campos foi protocolada na segunda-feira. Ele afirmou que vai até o fim para manter a suspensão da MP.

“Caso a Justiça derrube a decisão liminar, vou entrar com agravo. Se precisar, vou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por fim, ao Supremo Tribunal Federal (STF).”, disse ao Estadão/ Broadcast. Ele dedicou a ação à memória do avô, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, por três mandatos, que morreu em 2005. O advogado afirma que agiu sozinho, sem o apoio de organizações ou partidos, e que seu pedido não tem relação com a ação do deputado federal Danilo Cabral (PSBPE), que também pede na Justiça a suspensão da MP. O

pedido de Cabral, adversário político do **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, deve ser analisado pelo mesmo juiz. Em sua decisão, Kitner disse que o governo não explicou as razões de ter optado por uma MP para tratar do tema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Editorial

Autor:

Título: O inchaço das estatais começa a ser enfrentado

Entre dezembro de 2015 e setembro de 2017, as estatais federais cortaram 43,3 mil vagas, reduzindo seus quadros de pessoal para 507 mil pessoas (–7,9%), segundo o Boletim das Empresas Estatais Federais do Ministério do Planejamento. É difícil afirmar se o número atual de funcionários já atingiu níveis adequados, mas a decisão de enxugar companhias que, em sua maior parte, foram transformadas em cabides de emprego entre 2006 e 2015, em gestões lulopetistas, deve ser vista como passo importante para que elas melhorem seus resultados e ajudem a aliviar as contas fiscais. Os maiores cortes ocorreram na Petrobrás (23% dos quadros), que chegou a ter 60,7 mil funcionários em 2013, sem contar os terceirizados, número reduzido para 46,5 mil no terceiro trimestre de 2017. Nos Correios, a redução foi de 13,6% e o número de empregados caiu para 108,3 mil. Também foi expressiva a supressão de postos na Caixa Econômica Federal (CEF) e, em menor escala, no Banco do Brasil. A economia anual está estimada em R\$ 4,9 bilhões, mostrou reportagem publicada pelo Estado. Tão importante quanto a adequação dos quadros às necessidades efetivas das companhias será a decisão política de transformar as estatais em empresas “normais”, como as companhias controladas por acionistas privados, que não têm nem precisam de acesso a recursos do Tesouro para se manter vivas.

As empresas estatais “estavam infladas”, notou a economista Zeina Latif. Buscar eficiência é natural durante uma crise, acrescentou. Outro economista, Alvaro Bandeira, observou que mudanças no marco regulatório, como na área de petróleo, favoreceram o enxugamento da Petrobrás. Em geral, a política de cortes nas estatais assemelhou-se à praticada pelo setor privado, incluindo demissões incentivadas e, portanto, voluntárias, o que evita ruídos políticos. A necessidade de enxugar o pessoal é atribuída, em parte, ao endividamento das estatais. O maior esforço para reduzir dívidas foi da Petrobrás, que responde por 88% das dívidas das estatais (R\$ 357 bilhões) e terá de cortá-las ainda mais. Segue-se a Eletrobrás entre as mais endividadas. Mas os resultados das estatais já melhoraram quando se comparam os primeiros três trimestres de 2016 e 2017. Cortar pessoal é apenas uma entre as muitas políticas necessárias para ganhar eficiência.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Negócios**Autor:** Amauri Segalla**Título:** A (inexplicável) novela da privatização da Eletrobras

Vamos deixar a questão ideológica de lado e responder à seguinte pergunta: a privatização da Eletrobras é boa ou ruim para o Brasil? Basta dar uma espiada nos números da empresa para chegar a uma conclusão. Para não entrar em colapso, a Eletrobras precisa de um aporte de R\$ 10 bilhões, dinheiro que sairá, claro, do Tesouro Nacional — ou, melhor dizendo, do seu bolso. Convenhamos, não há outra resposta que não seja esta: sim, a privatização é boa para o país. Nos últimos meses, o debate ganhou contornos de novelão mexicano. O governo pretendia aprovar a desestatização por meio de uma medida provisória (MP), mas depois o presidente Michel Temer optou por um projeto de lei (PL) para reduzir resistências de parlamentares. O PL sobre a desestatização deverá ser enviado pelo governo ao Congresso pouco antes do final do recesso parlamentar, em fevereiro. Ontem, liminar suspendeu o trecho da MP que retirava vetos à desestatização da empresa, e outros embates jurídicos vieram. Ninguém sabe quais serão os próximos passos. A única verdade é que os brasileiros continuam a perder dinheiro com o vaivém infernal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Rodrigo Polito, Camila Maia e Marina Falcão**Título:** Liminar suspende artigo da MP e complica venda da Eletrobras

Além da batalha política que se formou no Congresso em torno da privatização do controle da Eletrobras, o governo começa a enfrentar disputas em terreno jurídico. Uma liminar suspendeu ontem artigo da Medida Provisória 814/2017 que permite a inclusão da estatal e suas controladas no Plano Nacional de Desestatização (PND). O governo já prepara recurso contra a decisão da Justiça Federal em Pernambuco, Estado natal do **ministro das Minas e Energia Fernando Bezerra Coelho Filho**.

A decisão atende a pedido feito em ação popular movida pelo advogado Antonio Campos, ligado ao partido Podemos e irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, falecido em acidente aéreo em 2014. e que era do PSB, partido que o ministro Coelho Filho deixou no fim do ano passado. Em outra frente de ação, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) prepara uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), contra a privatização da elétrica.

Na liminar, o juiz Claudio Kitner afirmou que "na hipótese vertida aos autos, é indubitável que a medida adotada pelo governo federal atinge, de forma direta, o patrimônio público nacional, permitindo a alienação de todas as empresas públicas do setor elétrico para a iniciativa privada".

Segundo a liminar, "nada foi apontado pelo chefe do Executivo a justificar a urgência da adoção da medida provisória, 'no apagar das luzes' do ano de 2017, para alterar de forma substancial a configuração do setor elétrico nacional, sem a imprescindível participação do Legislativo na sua consecução".

O **Ministério de Minas e Energia** informou que vai recorrer da decisão. Em nota, a pasta explicou que não foi ouvida previamente e que está apresentando a manifestação legal "confiando na sua consistência e reversão da decisão citada".

"O MME está apresentando os argumentos à Justiça e entende que eles são sólidos no sentido de comprovar, de um lado, a urgência da iniciativa, e, de outro, de esclarecer ao magistrado que a modelagem da privatização será apresentada ao Congresso", afirmou uma fonte da pasta, lembrando que isso consta na exposição que justifica a MP, enviada ao Congresso.

A liminar não suspende os demais itens da MP 814, que tratam dos passivos das seis distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste com fundos setoriais. A ideia do governo é realizar a privatização das distribuidoras no primeiro semestre. A venda, no entanto, dependerá de decisão de assembleia geral extraordinária da Eletrobras, em 8 de fevereiro.

Antônio Campos, que moveu ação contra o artigo da MP, diz que a venda a da estatal seria uma "pedalada" do setor elétrico. "Há um claro desvio de finalidade, já que a privatização é unicamente para cobrir um rombo fiscal", disse o advogado ao Valor.

Militante contra a venda da estatal por considerar que o setor elétrico é estratégico, ele diz que a empresa estar em dificuldade não é argumento. "Olha a Petrobras agora dando a volta por cima", disse Campos, que atua como representante dos eletricitários.

Em outra frente, a FNU, entidade que reúne sindicatos de trabalhadores do setor elétrico, trabalha na elaboração de uma ADI contra a privatização da Eletrobras. Por ser uma federação, a FNU não pode ingressar sozinha com a ação e está em conversas com partidos para formalizar a ADI. Segundo Fabíola Antezana, diretora de energia da FNU, a entidade já conseguiu o apoio do PDT e PT e está próxima de acordo com Psol e PC do B.

Os argumentos da FNU são que a MP 814 viola a Constituição ao determinar a venda das estatais sem realizar o debate adequado, desrespeitando o direito à publicidade e à informação. Segundo Fabíola, a medida também fere legislação ambiental, defesa do consumidor e soberania nacional, entre outros. Três escritórios jurídicos estão trabalhando na tese que será apresentada pela FNU na ADI.

Na quarta-feira, o deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE) ingressou com ação popular na Justiça Federal em Pernambuco. Na liminar, o juiz determinou o julgamento conjunto dessa ação com o processo aberto por Campos.

Caso o processo de privatização em curso não seja bem-sucedido, o governo entende que a Eletrobras terá mais dificuldade em conseguir financiamento e conduzir ajustes estruturais, segundo uma fonte ligada à equipe energética de Temer. É esse cenário - indesejado pelo governo - que justifica a estimativa de que a companhia, se mantida estatal, precisaria de aportes do Tesouro "bem maiores do que R\$ 10 bilhões" nos próximos anos, para cumprir compromissos financeiros e operacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: União vai ajudar retomada de venda da Cesp

A quarta tentativa de privatização da Cesp pelo governo de São Paulo, que foi suspensa em setembro, poderá ser retomada em breve, com a ajuda da União. A Presidência da República vai publicar, nos próximos dias, um decreto que permitirá a prorrogação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera por mais 20 anos, até 2048.

O Valor apurou que o decreto vai regulamentar a aplicação da Lei 9.491, de 1997, permitindo a extensão do prazo de concessões, condicionadas a processos de privatização. O decreto não deve mencionar a Cesp especificamente, mas será aplicado ao caso da companhia.

A informação foi antecipada ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor. As ações da Cesp reagiram positivamente, fechando com ganho de 2,96%, a R\$ 14,26.

A hidrelétrica de Porto Primavera é o principal ativo da Cesp, mas sua concessão vence em 2028. Esse foi um dos principais fatores que afastaram os investidores do leilão de privatização da empresa, marcado para setembro, e que acabou cancelado pela falta de interessados.

Com isso, o governo de São Paulo retomou as negociações com a União para conseguir a prorrogação da concessão da usina por outros 20 anos.

O arranjo feito pela União e o governo de São Paulo prevê que o investidor que arrematar a Cesp vai pagar uma outorga pela usina. A União ficará com dois terços, correspondentes aos 20 anos de extensão da concessão, enquanto o governo de São Paulo ficará com o outro terço do montante.

Um eventual ágio que venha a ser pago será também dividido nessa mesma proporção.

Com a devolução da maior parte das suas concessões vencidas à União, a Cesp encolheu e hoje tem apenas três hidrelétricas em seu portfólio: Porto Primavera, de 1.540 megawatts (MW) de potência e vencimento em 2028; Paraibuna, de 87 MW e vencimento em 2021; e Jaguari, com 27,6 MW e vencimento em 2020.

Segundo fontes com conhecimento da situação, o governo estadual ainda não decidiu se as demais condições da venda da Cesp serão alteradas. São Paulo aguarda a publicação do decreto que vai definir as regras de pagamento de outorga e ágio. Não há uma definição se o preço mínimo estabelecido anteriormente, de R\$ 16,80 por ação, será alterado. O que se sabe é que o comprador precisará desembolsar um valor superior aos R\$ 5,4 bilhões previstos anteriormente.

Além disso, a expectativa é de que o novo edital traga o aprimoramento de outras condições do ativo ofertado, como a divisão das indenizações controversas pleiteadas pela Cesp da União, caso se chegue a um acordo.

A Cesp tem R\$ 3 bilhões em valor incontroverso a receber - o que já estava incluído no preço da companhia - e pleiteia outros R\$ 9 bilhões da União. Pelo edital anterior, o novo sócio teria apenas 1% do que fosse recebido desse valor controverso. Agora, a tendência é que esse percentual suba.

Publicado o decreto, a equipe do governo de São Paulo que está cuidando da privatização vai se debruçar sobre os números e refazer as contas, adaptando-as às novas premissas. Segundo uma fonte, devem ser necessários "ajustes na margem".

O plano da extensão da concessão já havia sido proposto pelo governo federal ao paulista, mas tinha sido rejeitado. Apenas depois, diante do fato de que não havia interessados nas condições propostas, que o Estado de São Paulo retomou as conversas com a União.

Não há, porém, uma decisão fechada no sentido de estender a concessão por outros 20 anos. Isso vai depender das condições do decreto. Caso o governo paulista julgue que não são atrativas, buscará outra alternativa para viabilizar a privatização da companhia.

O decreto já foi assinado pelo **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, e encaminhado ontem para a assinatura de Henrique Meirelles, ministro da Fazenda. Ele ainda precisa passar pela Casa Civil e receber a assinatura do presidente Michel Temer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: José Goldemberg

Título: A reabilitação das usinas hidrelétricas

A recuperação da atividade econômica em curso vai levar a um aumento do consumo de eletricidade que não ocorre há vários anos. Se não forem tomadas agora medidas adequadas, o seu preço vai aumentar, alimentando a inflação e tornando a vida mais difícil para a população de baixa renda.

O governo federal, que tem introduzido com coragem reformas importantes apesar de impopulares, deveria aproveitar este momento para equacionar os problemas de energia que o país vai enfrentar nos próximos anos.

Algumas medidas saneadoras como a privatização de subsidiárias da Eletrobras estão sendo tomadas, mas o problema essencial ainda não foi enfrentado: como produzir eletricidade a custos baixos sem criar problemas ambientais? A resposta é simples: ampliar o parque gerador de usinas hidrelétricas com reservatórios suficientes para enfrentar períodos de seca como tem ocorrido no passado. Nesta área o país tem ampla experiência e engenharia suficiente para realizar grandes obras como Itaipu e há ainda muitas outras usinas hidrelétricas a construir.

Governo deveria aproveitar para equacionar agora os problemas de energia que o país vai enfrentar

Eletricidade barata produzida nestas usinas representa hoje cerca de 70% do consumo brasileiro. São enormes volumes de energia que não podem ser substituídos facilmente por outros métodos como a energia dos ventos ou solar que são intermitentes. Quando não venta, energia não é produzida; à noite, células fotovoltaicas não produzem energia.

A expansão da contribuição destas fontes é altamente desejável, mas os volumes produzidos dificilmente atenderão às necessidades do país.

Felizmente, o sistema elétrico brasileiro é todo integrado de Norte a Sul de modo que as diversas fontes geradoras se complementam. Quando ventar forte, por exemplo, as usinas hidrelétricas podem gerar menos e economizar água nos seus reservatórios.

O problema que ocorreu no Brasil nos últimos 30 anos é que visões equivocadas de alguns grupos mal informados levaram o governo federal a abandonar praticamente toda a construção de reservatórios para usinas hidrelétricas que inundavam algumas áreas, deslocando os ribeirinhos e alagando áreas florestais. Nos últimos anos, as hidrelétricas têm sido construídas a "fio d'água", isto é, sem reservatórios (ou com reservatórios pequenos) e só geram adequadamente em períodos chuvosos, quando os rios estão cheios.

Na década de 80 do século passado, o volume de água nos reservatórios era suficiente para garantir produção plena por dois anos, mesmo com secas prolongadas. Hoje, o volume nos reservatórios só garante a produção pelo período de seis meses.

É por esta razão que é preciso acionar usinas térmicas, usando gás ou carvão que produzem eletricidade mais cara, quando chove pouco. Hidrelétricas não consomem combustível, mas água dos rios para acionar as suas turbinas. O custo da energia se origina da construção de usinas. Nas térmicas, o custo do combustível é dominante, sobretudo no Brasil, onde gás natural é caro.

Exemplo disso é o aumento de cerca de 10% nas tarifas prevista para 2018, devido ao fato de ter chovido pouco nos últimos anos e os reservatórios estarem em níveis baixos.

Esta situação, que se repete há anos e que já levou às crises de 2001 e 2013, tem origem na falta de determinação e coragem do governo em esclarecer a população da necessidade de construir hidrelétricas corretamente com reservatórios.

Fazer isto tem de fato impactos locais como os que ocorreram em Belo Monte. Sucede que estes custos precisam ser comparados com os benefícios que decorrem dessas usinas para o restante da população brasileira. Pode ser lamentável inundar algumas centenas de quilômetros quadrados de florestas, mas este número deve ser comparado com o desmatamento de mais de 5 mil quilômetros quadrados que ocorre a cada ano.

Existem inúmeros estudos nacionais e internacionais com estas comparações, mas o ruído feito por certos grupos de pressão, incluindo leigos de toda espécie, tem dominado o debate.

Mais ainda: existe o caso de Itaipu, a magnífica usina no rio Paraná que beneficia mais de 300 municípios na sua área de impacto distribuindo cerca de R\$ 500 milhões por ano em "royalties" como fazem as empresas produtoras de petróleo no litoral do Espírito Santo e outros Estados. Outros exemplos são os do Rio Tietê e Paraíba do Sul, que são agora uma sucessão de lagos beneficiando as populações locais. É oportuno lembrar que em 1975 houve propostas de abandonar a construção de Itaipu e construir usinas nucleares, uma fonte permanente de problemas.

Poder-se-ia argumentar que o ideal seria abandonar as hidrelétricas e colocar todo o esforço em produzir energia de outras fontes renováveis como energia eólica, solar (fotovoltaica), biomassa (com bagaço de cana) ou melhor ainda, economizando energia.

Todas estas opções são boas e estão sendo introduzidas no país em maior ou menor vulto, mas há uma questão aritmética que precisa ser levada em conta: elas são todas fontes de energia produzidas em pequenas unidades, de modo que são necessárias centenas ou milhares delas para gerar tanta energia como uma hidrelétrica de porte médio.

O Brasil é um país altamente urbanizado e para abastecer as nossas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro são necessários grandes blocos de energia, como o de Itaipu, que gera 12 mil megawatts.

Não vai ser possível abrir mão desta geração em nossas usinas se o consumo de eletricidade aumentar 4% ou 5% ao ano, como se espera que ocorra com a recuperação econômica.

Interessante neste contexto é mencionar que o Banco Mundial decidiu não mais financiar projetos de geração de energia que dependem de gás natural e óleo combustível (devido às emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global que decorre da queima destes combustíveis), mas vai manter financiamento às hidrelétricas.

O Governo Federal precisaria enfrentar a oposição à construção de hidrelétricas (com reservatórios) com a mesma determinação com que está enfrentando a reforma da Previdência.

José Goldemberg, físico, é professor emérito da USP onde também foi reitor de 1986 a 1990, foi secretário da Ciência e Tecnologia, ministro da Educação e presidente da Cesp.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Ibama libera Statoil

A norueguesa Statoil obteve licença de operação do Ibama para perfurar sete poços no bloco BM-S-8, onde está a promissora descoberta de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, segundo documento visto pela Reuters. O documento, emitido na quarta-feira, também concede aval para um teste de formação de curta duração (DST), em poço já existente, no mesmo bloco. A licença é válida por quatro anos, a contar da data em que foi emitida, segundo o Ibama, caso a empresa cumpra condicionantes determinadas pelo órgão. A Statoil é operadora do bloco e tem como parceiros no ativo a americana Exxon, a portuguesa Galp e a brasileira Barra Energia.

CEEE troca diretor

O conselho de administração da estatal gaúcha Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) elegeu, na quarta-feira, Cesar Luis Baumgratz para ocupar a diretoria de planejamento e projetos especiais e a diretoria administrativa, após o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) ter determinado, em dezembro, a suspensão da nomeação de Leonardo Hoff à diretoria administrativa. Hoff exerceu o cargo entre janeiro de 2015 e maio de 2016, quando deixou o posto para concorrer à prefeitura de Novo Hamburgo, pelo Partido Progressista (PP). Após perder a eleição, ele voltou ao cargo, em fevereiro do ano passado. No entanto, o Ministério Público de Contas entrou com um recurso contra a nomeação, alegando que a lei federal proíbe que pessoas que nos últimos 36 meses participaram de atividades partidárias possam assumir cargos de diretoria e em conselho de administração de empresas públicas. De acordo com a CEEE, Baumgratz acumulará as duas diretorias enquanto durar a suspensão ou até a indicação de um novo nome.

Investimento da AES Tietê

A AES Tietê, geradora de energia ligada ao grupo americano AES, planeja investir R\$ 979,7 milhões período 2017- 2021, aumento de 145% comparado com R\$ 399,6 milhões anteriores. Isso se deve aos aportes que serão realizados em 2018 e 2019 em novos projetos, incluindo os complexos solares Boa Hora e Água Vermelha. Ao todo, estão projetados R\$ 405 milhões ainda neste ano e R\$ 175 milhões em 2019, somando no biênio R\$ 580 milhões. Em fato relevante, a AES Tietê diz que os recursos serão destinados aos programas de modernização

e manutenção de hidrelétricas e investimentos para a construção dos complexos solares. No total estão incluídos R\$ 343 milhões não especificados e R\$ 56,7 milhões em juros de capitalização.

CURTAS

Minério passa de US\$ 79

O minério de ferro manteve-se firme no mercado à vista da China. Os preços da matéria-prima com concentração de 62%, a referência do mercado, subiram 1% no porto de Qingdao, para US\$ 79,08 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". Esse é o maior nível desde 22 de agosto e leva a alta até agora no ano para 8,9% - desde o começo de 2018, apenas em um dia houve queda. Na quarta-feira, a administradora dos portos de Pilbara, na Austrália, decidiu fechar o porto de Port Hedland, o que mais escoava minério ao mundo, por conta do ciclone Joyce. Ainda não há previsão para reabertura dos terminais.

Petróleo perto de US\$ 70

Os preços do petróleo fecharam em alta ontem. Os contratos do Brent para março subiram menos de 0,1%, a US\$ 69,26 por barril, em Londres, enquanto os do WTI para fevereiro subiram 0,4%, a US\$ 63,80 por barril, em Nova York. Ambos estão nos maiores valores desde dezembro de 2014.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Pilita Clark

Título: As dificuldades da Tesla e da expansão dos carros elétricos

Elon Musk compreende as leis da gravidade melhor do que a maioria dos executivos-chefes. Talvez seja por isso que sua montadora de carros, a Tesla, pareça ter encontrado uma forma de desafiá-las. Em julho, o bilionário tuitou despreocupadamente que em dezembro a Tesla estaria produzindo 20 mil unidades por mês de seu modelo de carro elétrico Model 3.

Passados seis meses e vários contratempos na linha de produção, a Tesla anunciou na semana passada que havia produzido apenas 2.425 unidades em todo o quarto trimestre de 2017.

Pela segunda vez em dois meses, adiou sua meta de produzir 5 mil unidades do Model 3 por semana em mais três meses, desta vez para o fim de junho.

Há sinais de esforços para reduzir ou acabar gradualmente com os subsídios para venda desses modelos

O mercado, no entanto, mal piscou. As ações da Tesla caíram pela manhã na sessão do dia 4 deste mês, mas por volta do meio-dia já haviam se recuperado. São más notícias para os muitos investidores que apostam pesadamente contra as ações da empresa, que segundo estimativas da Bloomberg gastou cerca de US\$ 8 mil por minuto de seu caixa em 2017. São ainda piores, no entanto, para as mais de 400 mil pessoas que fizeram um depósito de US\$ 1 mil para comprar o carro de US\$ 35 mil.

"Não posso mais suportar tantas falhas", reclamou um membro do fórum on-line Clube de Donos do Tesla Model 3, depois da notícia dos novos atrasos ter saído no meio da semana. "Não vou me sujeitar de novo a essa agonia."

Para o resto de nós, há uma questão mais preocupante: Se o Model 3 fracassar, será que pode levar junto consigo o resto da indústria de carros elétricos?

À primeira vista, isso parece improvável, levando em conta o que parece ser a ascensão contínua do setor, uma decolagem que parece estar alimentada por muito mais do que apenas a empresa de Musk.

Em 2014, havia menos de 1 milhão de carros elétricos nas ruas. Em 2016, o número chegava a 2 milhões. Ainda é menos de 1% da frota mundial de automóveis, mas as vendas voltaram a avançar a passos largos em 2017. No terceiro trimestre, subiram 60% em relação ao mesmo período de 2016.

A China alimenta grande parte desse crescimento, dentro dos esforços para combater seus níveis de poluição, mas não está sozinha. Reino Unido e França anunciaram planos para proibir as vendas de veículos a gasolina a partir de 2040. As vendas de carros a diesel já começam a despencar em alguns países, na esteira do escândalo da fraude da Volkswagen.

No fim de 2017, as vendas mensais de novos veículos a diesel no Reino Unido caíram mais de 30% nas comparações com os mesmos meses do ano anterior. Por outro lado, as vendas de carros híbridos e elétricos, aumentaram 33%.

Na semana passada, a Noruega cimentou sua posição como superpotência mundial dos carros elétricos. Mais da metade dos carros novos vendidos no país em 2017 eram elétricos ou híbridos. É o primeiro país do mundo a atingir essa marca, embora o sucesso tenha sido impulsionado por pesados subsídios cuja redução agora é defendida por alguns políticos.

É aqui que o futuro do Tesla Model 3 torna-se bem mais relevante. A expansão do mercado de carros elétricos foi alimentada em grande medida por subsídios em muitos países, mas a pressão para que se reduza esse apoio vem aumentando. Há sinais de esforços para reduzir ou acabar gradualmente com os subsídios em países como os EUA e a China. Isso indica que está se tornando

imperativo para a indústria dos carros elétricos produzir carros acessíveis que possam concorrer com os de motores convencionais sem auxílio público.

As principais montadoras do mundo, sem dúvida, entraram no mercado de veículos elétricos com muito mais rapidez do que se previa, depois de os modelos anteriores de Musk - mais caros - terem se mostrado um sucesso entre os clientes.

O Model 3 já enfrenta a concorrência do Leaf mais recente da Nissan e do Bolt da Chevrolet. A Volvo diz que todos seus novos modelos vão ser híbridos ou elétricos a partir de 2019. A Toyota planeja ter uma versão elétrica ou híbrida de todos seus modelos a partir de 2025.

Se os subsídios secarem e a Tesla se tornar um exemplo das dificuldades de se produzir esses veículos com rapidez e a preços baixos, há chances, no entanto, de que o entusiasmo de alguns fabricantes pelo futuro dos carros elétricos possa perder força.

As pressões para restringir a poluição do ar e as emissões de combustíveis fósseis podem manter as vendas mundiais de carros elétricos em alta, mas não está claro se isso vai continuar no ritmo atual.

Ainda é cedo demais para tirar o Model 3 de cena. Musk tem histórico de fazer promessas grandes demais, mas de no fim cumpri-las. Ele tem crédito de sobra pelo que fez até o momento. Agora, ele vai precisar mostrar, e rápido, que pode fazer ainda mais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Siderurgia tem maior valor de mercado em cinco anos

Espremido pela recessão econômica, com problemas estruturais de capacidade no mundo todo e saúde financeira instável, o setor siderúrgico brasileiro chegou ao fundo do poço em 2015. Em 2018, parece caminhar para o terceiro ano consecutivo de melhora - alcançando a avaliação mais positiva dos investidores desde 2013.

Ao final de 2015, último ano em que a valorização das ações do segmento não tiveram muita relevância, o valor de mercado de Usiminas (maior fabricante de aços planos do país), Gerdau (líder em aços longos) e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - segunda maior produtora de planos - era de R\$ 15,7 bilhões.

Ontem, atingiu R\$ 54,1 bilhões. A última vez que o indicador alcançou tal patamar foi em 2013, quando atingiu R\$ 64,1 bilhões.

Essa forte alta, que ganhou mais força 2017, foi confirmada no início deste ano. As três siderúrgicas lideram os ganhos do Ibovespa durante janeiro. Só ontem, CSN avançou 5,85%, para R\$ 10,85, Gerdau PN subiu 8,16%, para R\$ 14,97, e Usiminas PNA tinha alta de 5,37%, para R\$ 10,80 - desempenhos positivos de 29,48%, 20,92% e 18,68% no ano, respectivamente.

Com esse desempenho, a mais valiosa das três empresas na bolsa é a Gerdau, com R\$ 24,19 bilhões. A CSN aparece em segundo lugar, com R\$ 15 bilhões, e logo atrás está Usiminas, com R\$ 14,9 bilhões, que enfrentou uma grande crise financeira no começo de 2016.

Em 2013, o setor viveu seu melhor momento histórico no país, ao menos em termos de demanda. O consumo aparente de aço chegou a 28 milhões de toneladas. Desde então, a economia encolheu, e, conseqüentemente, o consumo de aço no mercado brasileiro. Em 2016, atingiu seu pior momento recente, com consumo de 18 milhões de toneladas.

No ano passado, contudo, a recuperação começou - puxada pela maior procura de aços planos, especialmente pelo setor automotivo. O Instituto Aço Brasil acredita que a demanda tenha subido 5% em 2017, sendo que nos 12 meses, até novembro - o último dado oficial anunciado -, a alta foi de 4%, para 19 milhões de toneladas.

Inicialmente, se esperava que tanto o Produto Interno Bruto (PIB) quanto a própria demanda por aço subissem mais fortemente no ano passado, mas o cerne da recuperação ficou para 2018. Mesmo assim, 2017 foi positivo para as siderúrgicas, que conseguiram, especialmente no segundo semestre, repassar a inflação de matérias-primas ao preço do produto final, sustentados por uma valorização observada no mercado mundial.

Até agora, os preços do aço não se afastaram muito das máximas do ano passado, girando em torno de US\$ 580 por tonelada. Em relatório divulgado ontem, o BTG Pactual prevê espaço para reajuste de ao menos 10% no mercado interno durante 2018. Em geral, os agentes do mercado - empresas e analistas - enxergam um ano forte para a siderurgia.

Os dois principais fatores para a expectativa positiva são preços e volumes. As produtoras de aços planos já emplacaram um reajuste de até 23% para as montadoras, de aproximadamente 20% para clientes industriais e de 12% na distribuição - neste último caso, ainda falta um anúncio oficial da Usiminas, esperado nos próximos dias. A Gerdau, de aços longos, também melhorou seu

poder de precificação. Ao mesmo tempo, se projeta um aumento de no mínimo 10% no consumo aparente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Camila Maia

Título: BNB prevê R\$ 13 bi em crédito para setor de energia

O Banco do Nordeste (BNB) tem o objetivo de liberar R\$ 27 bilhões em crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) neste ano, sendo que mais da metade do montante deve ser voltada para projetos de infraestrutura na região, segundo Romildo Rolim, presidente da instituição. O montante a ser liberado neste ano é consideravelmente maior que o de 2017, quando o BNB tinha o orçamento do FNE em cerca de R\$ 16 bilhões.

Segundo Helton Chagas, superintendente de negócios de atacado e governo do BNB, a infraestrutura tem uma importância muito grande nos desembolsos do banco. "Isso acontece não só pela envergadura dos investimentos, mas também pelo volume, com esses recorrentes leilões que temos", disse Chagas, lembrando das disputas que contrataram recentemente linhões de transmissão e projetos de geração eólica e solar na região.

A ideia do BNB é liberar, dos R\$ 27 bilhões, cerca de R\$ 13 bilhões para projetos de energia. "Dependendo do volume de operações poderemos ter mais que isso", disse Chagas em evento voltado para financiamento de projetos de transmissão e geração de energia. "O montante não é fixo, se houver demanda maior podemos pleitear, só precisamos de justificativas", afirmou Rolim.

Para garantir a atratividade de suas linhas de financiamento, o BNB lembra as mudanças realizadas nas taxas cobradas a partir deste ano, com o aumento do limite de financiamento dos projetos de infraestrutura de 60% a até 80% do custo. O limite de crédito por grupo econômico é de R\$ 1,6 bilhão.

Outra novidade que o BNB apresentou é a cobrança de taxas diferenciadas também para projetos de água, saneamento e logística. "Vamos trazer mais infraestrutura para a região Nordeste", disse Chagas, lembrando que, apenas no ano passado, foram licitadas concessões de aeroportos em Salvador e Fortaleza. "Esperamos participar dessas operações, porque temos linhas para isso."

"A nossa metodologia de cálculo das taxas garante que sejam competitivas em relação a outras no mercado nacional. São no mínimo 40% menores que as utilizadas nacionalmente", afirmou Rolim.

O BNB poderá aceitar recebíveis de contratos de geração de energia no mercado regulado como garantia no lugar de fiança bancária, segundo Chagas. "Se uma empresa tiver ativos operacionais e com recebíveis no mercado regulado, e quiser vincular eles como garantia, podemos negociar", explicou. Chagas afirmou que muitos empreendedores já utilizam recebíveis como garantia para empréstimos do BNB. "Mas se for uma empresa sem recebíveis no grupo, aí precisa de fiança bancária."

A preferência por recebíveis de contratos de geração de energia no mercado regulado se justifica pela alta liquidez que eles têm no mercado, segundo Chagas.

"Os recebíveis do mercado livre não têm [liquidez], mas aí usamos outras garantias. Se eu usasse apenas o recebível da venda de energia para um cliente, eu tomaria o risco desse cliente. Precisamos de outras garantias também", explicou o superintendente do banco.

Em projetos de microgeração de energia, que a instituição financeira pode financiar até 100%, também podem ser necessárias garantias do tomador de crédito. Chagas lembrou de alguns projetos que envolvem investimentos de R\$ 20 milhões a R\$ 25 milhões. "Precisamos negociar garantias para dar tranquilidade à operação", disse.

MME / ASCOM .